

ANTES DO TEMPO, O VAZIO: ENSAIO SOBRE UM MISTÉRIO EM MOVIMENTO

Ingrid Gomes da Silva

Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, CE, Brasil
ingrid22.gomes@uece.br

Luiz Cruz Lima

Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, CE, Brasil
l.cruzlima@uol.com.br

RESUMO

Este artigo elabora uma reflexão teórica sobre o tempo, concebido não como mera medida ou sucessão, mas como categoria decisiva à inteligibilidade dos processos físicos, filosóficos e geográficos. Inscrita em abordagem qualitativa de natureza bibliográfica, a investigação configura um campo interpretativo no qual distintas tradições de pensamento são postas em tensão e composição, tendo como horizonte a problematização da temporalidade na produção do espaço. A seleção das obras orienta-se por sua densidade teórica, pela pluralidade de matrizes disciplinares e por sua capacidade de sustentar uma leitura geográfica da temporalidade. A análise, de caráter interpretativo, volta-se às formas pelas quais o tempo se manifesta e se retrai nas categorias que buscam expressá-lo. Assim, ritmo, duração, simultaneidade e experiência emergem não como instrumentos, mas como figuras de pensamento que tangenciam sua espessura. A sistematização dessas categorias conduz à elaboração de sínteses teórico-conceituais, expressas em quadros analíticos como dispositivos de condensação interpretativa. Ao mobilizar Aristóteles, Platão, Kant, Lefebvre e Bergson, o texto desloca o tempo de sua mensuração, afirmando-o como fluxo, descontinuidade e experiência vivida. Compreender o mundo vivido, assim, implica reconhecer o tempo como dimensão imanente à produção do espaço, onde se entrelaçam permanências, ritmos e transformações.

Palavras-chave: Ritmanálise. Tempo. Duração. A-rhythms. Eternidade.

BEFORE TIME, THE VOID: ESSAY ON A MYSTERY IN MOTION

ABSTRACT

This article develops a theoretical reflection on time, conceived not as mere measure or succession, but as a decisive analytical category for understanding physical, philosophical, and geographical processes. Grounded in a qualitative, bibliographic approach, the study establishes an interpretive field in which distinct traditions of thought are brought into tension and composition, with particular emphasis on the problematization of temporality in the production of space. The analysis, interpretive in nature, focuses on the ways in which time reveals and withdraws itself through the categories that seek to express it. In this movement, rhythm, duration, simultaneity, and experience emerge not merely as analytical tools, but as figures of thought that approach the thickness of time. The systematization of these categories leads to the development of theoretical-conceptual syntheses, articulated through analytical frameworks as devices of interpretive condensation. By engaging thinkers such as Aristotle, Plato, Immanuel Kant, Henri Lefebvre, and Henri Bergson, the article displaces time from mere quantification, affirming it as flow, discontinuity, and lived experience. Understanding the lived world thus entails recognizing time as an immanent dimension of the production of space, where permanences, rhythms, and transformations intertwine.

Keywords: Rhythmanalysis. Time. Duration. A-rhythms. Eternity.

INTRODUÇÃO

“Até as palavras que agora dizemos, o tempo, em sua voracidade, já levou embora e nada retorna”.

Odes – Horácio

O tempo, enquanto categoria estruturante do pensamento, não apenas organiza narrativas, mas sustenta a inteligibilidade dos processos físicos, filosóficos e geográficos que configuram o mundo. Longe de reduzir-se a uma sucessão linear de instantes, apresenta-se como uma dimensão complexa e multifacetada, cujas interpretações atravessam e tensionam distintos campos do saber.

Na física, o tempo vincula-se ao movimento e à entropia, sendo compreendido como dimensão mensurável que ordena os processos e as transformações do mundo material. Na filosofia, desdobra-se em problemáticas ontológicas e fenomenológicas que interrogam sua linearidade, sua natureza e sua íntima relação com a consciência e a experiência. E, para a Geografia, o que está em jogo?

Se, na física, o tempo se mede, e, na filosofia, ele se problematiza, na Geografia ele se vive. Não se trata apenas de situar eventos no espaço, mas de compreendê-lo como expressão sensível de temporalidades múltiplas, nas quais memória, ritmo, duração e experiência se inscrevem e se materializam.

Nesse sentido, impõe-se à Geografia um questionamento central: se o tempo não se restringe à medida, mas se constitui como experiência, como pensar o espaço para além de sua materialidade, enquanto expressão vivida, sensível e temporalizada da existência? Assim, abre-se a possibilidade de compreendê-la não apenas como ciência do espaço, mas como uma filosofia da experiência do mundo, na qual temporalidades e espacialidades se entrelaçam continuamente na constituição do ser-no-mundo.

Ao conceber o tempo-espaço como unidade indissociável, este ensaio recusa hierarquizações entre seus termos e propõe uma abordagem ontoepistemológica integradora, na qual ritmos, espacialidades e temporalidades se articulam na constituição da geograficidade do mundo vivido. Tal perspectiva não se limita a um posicionamento teórico, mas orienta também o modo de construção do próprio percurso investigativo.

Nesse sentido, do ponto de vista metodológico, trata-se de um ensaio teórico de natureza qualitativa, fundamentado em pesquisa bibliográfica e orientado por uma abordagem interpretativa. Os critérios de escolha das obras basearam-se: (a) na relevância teórica consolidada dos autores no debate sobre o tempo; (b) na diversidade de abordagens disciplinares, buscando um diálogo transdisciplinar; e (c) na capacidade das obras de contribuir para a construção de uma leitura geográfica da temporalidade.

A análise do material seguiu uma perspectiva interpretativa, orientada pela identificação de categorias-chave, como ritmo, duração, simultaneidade, experiência e eternidade, articuladas posteriormente em uma síntese teórico-conceitual. Nesse contexto, a elaboração de quadros analíticos configura-se como procedimento metodológico de organização e condensação interpretativa, sem pretensão de esgotamento do fenômeno.

Quanto à estrutura, o texto organiza-se em três movimentos interdependentes: inicialmente, examina o tempo a partir da noção de ritmo, evidenciando suas bases epistemológicas e sua implicação na produção do espaço; em seguida, aprofunda sua dimensão ontológica, problematizando-o como experiência, consciência e construção social; por fim, analisa sua geograficidade na modernidade, destacando tensões, acelerações e a coexistência de múltiplas temporalidades.

Longe de se configurarem como partes isoladas, tais momentos entrelaçam-se como modulações de um mesmo movimento do pensamento, em que cada inflexão não rompe, mas aprofunda o fio que as conecta. Nesse percurso, o tempo não se deixa apreender apenas como conceito, pois se insinua como experiência vivida e se encarna como condição mesma do existir, fluxo contínuo e inapreensível que, ao ser pensado, também atravessa, desestabiliza e, silenciosamente, se constitui.

RITMO E TEMPO COMO FUNDAMENTOS EPISTÊMICOS: UMA DANÇA TEÓRICO-CONCEITUAL

“A percepção do tempo é um aspecto da alma, que reflete a realidade do cosmos em sua incessante transformação”.
(Platão)

Pensar o tempo para além de sua redução à medida implica deslocá-lo do domínio da contagem para o da experiência, onde ele se manifesta não como linha contínua, mas como trama de intensidades, intervalos e variações que atravessam o mundo vivido. É nesse âmago que se torna possível

compreender que o tempo não se impõe de forma homogênea, mas se desdobra em múltiplas temporalidades, inscritas nos corpos, nos espaços e nas práticas sociais. Tal deslocamento exige, portanto, uma inflexão teórica que permita apreender o tempo em sua dimensão qualitativa, abrindo caminho para uma leitura que o reconheça como movimento, diferença e devir.

Nesse contexto, a ritmanálise, tal como proposta por Lefebvre (1992), oferece uma chave interpretativa fecunda ao evocar o entrelaçamento entre subjetividade e objetividade, instaurando uma compreensão do tempo fundada na articulação entre o vivido e o concebido, o concreto e o abstrato. O conhecimento, sob essa perspectiva, deixa de se organizar como estrutura estática para emergir como uma coreografia complexa, na qual os ritmos, ora regulares, ora dissimétricos, configuram modos distintos de existência. O tempo, assim, não se apresenta como sucessão homogênea, mas como multiplicidade rítmica que se diferencia a cada contexto e a cada experiência.

Sob tal enfoque, o ritmo não se reduz a uma cadência repetitiva, mas se afirma como princípio ontológico de diferenciação. Lukács (1969), Gérardot (2007), Moreaux (2014) compreendem o ritmo não como simples sucessão cronológica, mas como expressão das pulsações da vida social, revelando que o tempo também marca a geografia, mesmo quando silenciado. Pensar o espaço implica, portanto, reconhecê-lo como condensação de temporalidades, nas quais diferentes ritmos se sobrepõem, se tensionam e se reorganizam continuamente.

Lefebvre (1992), ao tratar a ritmanálise como seu “jardim secreto”, destaca a união entre subjetivo e objetivo, vivido e concebido, corpo e alma, enquanto estrutura epistemológica do saber. Gérardot (2007) remonta à origem grega do ritmo como base do movimento, que Moreaux (2014) entende como regular e irreversível como o fluxo de um rio. Esse entendimento do tempo como sucessão e marca histórica evidencia o quanto a geografia, ao negligenciar o tempo, fragiliza sua própria formulação teórica.

Entretanto, ao se retomar o ritmo como categoria analítica, torna-se possível reinscrever o tempo no cerne da reflexão geográfica. O léxico geográfico, tensionado por essa abordagem, afasta-se da ideia de sucessão contínua e passa a reconhecer a coexistência de ritmos dissimétricos, irregulares e alinhados, responsáveis por engendrar apogeu e declínios, permanências e rupturas. O espaço, nesse contexto, revela-se como condição simultaneamente concreta e abstrata da sucessão, enquanto o ritmo emerge como unidade dinâmica que articula tais dimensões.

Essa compreensão evidencia que as temporalidades se manifestam de maneira situada, inscritas em contextos geográficos específicos. Nos ciclos sazonais do semiárido nordestino, a alternância entre seca e chuva reorganiza práticas sociais e formas de habitar, instaurando uma temporalidade própria, marcada pela espera e pela adaptação. Nos espaços urbanos contemporâneos, por sua vez, os fluxos de deslocamento, trabalho e consumo produzem uma sobreposição de ritmos que intensificam a experiência temporal, gerando sensações de aceleração e fragmentação.

Dessa forma, o tempo deixa de ser concebido como categoria acessória para afirmar-se como fundamento da geograficidade. As múltiplas temporalidades que atravessam o espaço revelam não apenas a diversidade das experiências, mas também as tensões e desigualdades que estruturam as sociedades. Assim, ainda que se reconheça uma concatenação teórica que permite conceber o tempo como conceito-chave da Geografia, sua delimitação permanece aberta, configurando-se como um campo em permanente construção, no qual pensar o tempo é, antes de tudo, acompanhar os ritmos pelos quais o mundo se faz e se transforma.

TALVEZ O MAIOR MISTÉRIO SEJA O TEMPO: HORIZONTE ONTOEPISTEMOLÓGICO DO TEMPO

“O passado não é o que foi, mas o que se tornou”.
Jean-Paul Sartre

A percepção contemporânea do tempo revela-se marcada por uma aceleração tal que dilui as distinções entre épocas, estações, períodos e acontecimentos, embaralhando marcos que outrora organizavam a experiência. Nesse contexto, a sociedade parece extraviar-se no próprio fluxo temporal, engajada em uma busca incessante por tempo para, paradoxalmente, tentar dispor de si mesma.

Ignora-se, em última instância, a extensão do tempo que resta no horizonte finito da existência, bem como a proporção destinada às atividades impostas pela lógica produtiva do mundo capitalista, em contraste com aquele tempo qualitativo, capaz de sustentar experiências que tornam a vida não apenas perceptível, mas efetivamente vivida. Assim, entre a urgência e a escassez, o tempo se fragmenta, oscilando entre aquilo que se consome e aquilo que se deseja habitar.

Para a organização das atividades cotidianas, multiplicam-se os dispositivos de mensuração do tempo, calendários, ampulhetas, cronômetros, relógios analógicos e digitais, aos quais se somam, na contemporaneidade, métricas mais sutis, como contagens de passos e metas diárias. Contudo, tais instrumentos, ainda que imprescindíveis à ordenação da vida social, não dão conta de apreender a densidade do tempo vivido, frequentemente dissociado do tempo sobrevivido.

Nesse descompasso, o tempo da alimentação, do repouso e do ócio deixa de coincidir com o tempo da experiência plena, submetido, em grande medida, à lógica do trabalho e à temporalidade das máquinas. Trata-se de um tempo que se impõe como exterior ao sujeito, orientado pelas exigências do capital, e não pelas necessidades do corpo que vive e percebe. Nesse regime, o tempo se organiza mais em função da produção do que da existência, mais como recurso a ser otimizado do que como experiência a ser habitada.

O tempo, então, escapa entre os dedos, dilui-se no horizonte, desliza como um rio que jamais retorna ao mesmo leito. Confunde-se entre o agora e o porvir, instaurando uma sensação de corrida contínua, na qual se busca o tempo sem jamais alcançá-lo plenamente. Nesse movimento, ressoa uma pergunta que persiste, atravessando séculos: o que é o tempo?

Santo Agostinho, em sua obra *Confissões* (1999, Livro XI, p. 168), reconhece o caráter fugidio dessa questão ao afirmar que “se ninguém me pergunta, eu sei, mas, se me perguntam e eu quero explicar, não sei mais”, evidenciando a dificuldade de apreender o tempo para além de uma compreensão meramente cronológica, frequentemente reduzida à contagem, à exatidão e à funcionalidade.

Ainda que se insinue como unidade, o tempo revela-se, como sugere Einstein, profundamente relativo, variando conforme as condições de cada espacialidade, assim, não se apresenta como grandeza homogênea, mas como experiência situada, modulada pelos ritmos, pelas relações e pelos espaços que o constituem: como se cada lugar, em sua singularidade, ritmasse o próprio devir do tempo.

Thierry Paquot (2009) infere que a existência humana é atravessada por uma tensão fundamental: ao mesmo tempo em que se vive, já se está inscrito na condição de finitude. O tempo, nesse horizonte, revela-se paradoxal, contado como progresso e desenvolvimento, mas simultaneamente esgotado a cada segundo que passa. Esse paradoxo evidencia que o tempo, mais do que um dado natural, constitui uma construção social orientada à organização, à dominação e à acumulação da experiência humana. Assim, sua mensuração não apenas ordena a vida, mas também a submete a determinados regimes de sentido e controle.

Nesse preâmbulo, o tempo contado como apêndice histórico, não é a principal concepção que valida as teorias, mas sim uma unificação de diferentes sentidos dados ao tempo. Presente, passado, futuro confundem-se talvez na maior contradição: todos evocam apenas um tempo, o presente, enveredados pelo *continuum* do eterno, como afirmam filósofos clássicos e contemporâneos.

Isso denota uma complexidade porque unificam-se as compreensões, uma vez que o presente existe para nós já que nós sempre existimos no presente. Mesmo pensando no passado, aquilo se deu no presente, é apenas um *flash* de memória intocável, preso na mente do ser, em que até a própria memória é presente para cada indivíduo, presente nas sensações, presente nas lembranças, presente em cada objeto que te leva para um passado em busca de tornar presente o que se findou.

A memória recolhe os incontáveis fenômenos “de nossa existência em um todo unitário; não fosse a força unificadora da memória, nossa consciência se estilhaçaria em tantos fragmentos quantos os segundos já vividos” (Hering, 1920, p. 45). Isso é nítido, uma vez que não se consegue voltar ao passado concretamente, o que se faz é a busca incessante de alcançar o que já passou relembrando e colocando à tona no hoje, o presente.

O futuro não é diferente, ao invés da memória, dá lugar à imaginação. E o que é mais irreal do que a imaginação de um ente? A imaginação objetiva a criação de imagens e, vinculada ao futuro, quer tornar presente um desejo, e isso não concebe novamente a busca incessante do presente? Hillman (1984, p. 84) assinala que o ser se fundamenta na criação de imagens como substância psíquica que consiste de imagens, a existência pela imaginação, em que “somos de fato de igual matéria da qual os sonhos são feitos”.

Passado e futuro possuem uma linear constante do presente, independente de ser acessado pela memória ou criado pela imaginação. Assim, tudo que está no tempo pode desaparecer ou efetivamente nem existir, menos o presente que está ali preso no agora, visto que o presente quer dizer o próprio tempo (Comte-Sponville, 2015). Talvez isso possa ser reduzido não mais em passado, presente ou futuro, mas simplesmente, ou melhor, complexadamente, na eternidade.

Nesse horizonte, se o passado já não subsiste como realidade e o presente se reduz a um instante fugaz, enquanto o futuro permanece sempre em suspensão, impõe-se o questionamento: qual o sentido de investir esforços na mensuração de um tempo que, em última instância, escapa à própria existência? O tempo, nesse contexto, apresenta-se como uma vertigem conceitual, um enigma que desafia a análise teórica e se impõe, na prática, como categoria operante, ainda que instável.

Ao longo da história, observa-se o esforço sistemático da humanidade em organizar o tempo por meio de estruturas sucessivas e hierarquizadas: milênios, séculos, anos, meses, dias, horas, minutos e segundos, subdivididos em escalas cada vez mais precisas. Essa fragmentação numérica não apenas mede o tempo, mas também o produz como objeto de controle e racionalização.

Nesse sentido, o tempo pode ser compreendido como uma forma de consciência ontológica que, embora não exista como entidade a priori, torna possível a própria organização das relações humanas, um paradoxo constitutivo. Platão, em *Timeu* (2005, p. 71), já indicava que o tempo seria “uma imagem móvel da eternidade que procede segundo o número”, sugerindo uma mediação entre o eterno e o mensurável. Essa concepção ressoa, em certa medida, nas formas contemporâneas de medição temporal, como o relógio analógico, no qual o tempo se apresenta como sucessão ordenada de unidades homogêneas.

Geograficamente, as formas de apreensão do tempo transformaram-se: dos referenciais naturais, como o movimento solar e lunar, às estações do ano, até chegar aos dispositivos técnicos e tecnológicos que regulam a vida cotidiana. O relógio torna-se, então, instrumento central na organização social, estruturando o ritmo entre trabalho e descanso, entre dia e noite.

Na modernidade ocidental, especialmente a partir do século XIX, o advento da sociedade industrial instituiu um regime temporal disciplinado, no qual cada atividade passa a ser rigidamente temporalizada. No contexto contemporâneo, marcado pela financeirização e pelas tecnologias digitais, o tempo adquire novas configurações: torna-se acelerado, contínuo e informacional, sobretudo nas redes, nas quais a experiência temporal tende a se expandir para além dos limites convencionais, evocando novamente a problemática da eternidade.

Como observa Attali (2001, p. 10), cada sociedade produz seu próprio tempo e sua própria geohistória, organizando-se em torno de um domínio específico do calendário. Tal perspectiva evidencia a dimensão social e política do tempo, cuja organização implica formas de sincronização que regulam práticas, ritmos e modos de vida. Nesse sentido, a noção de sincronismo, conforme discutida por Aquino (2003), emerge como expressão dessa articulação entre repetição, duração e organização social.

Compreender a temporalidade em sua relação intrínseca com a prática social implica reconhecer que o tempo não pode ser reduzido a um apêndice mensurável ou a uma variável cartesiana. Trata-se, antes, de uma dimensão constitutiva da existência, na qual se entrelaçam experiência, consciência e estrutura social. Ao tensionar a relação entre tempo e eternidade, entre movimento e imobilidade, evidencia-se uma condição paradoxal: pensar a eternidade é confrontar o que permanece, enquanto pensar o tempo é lidar com o que se move, ainda que, em ambos os casos, o pensamento permaneça em busca de um sentido que lhe escape.

Na contemporaneidade, tal deslocamento se intensifica: o tempo passa a ser progressivamente mediado por dinâmicas técnicas e práticas sociais, nas quais não apenas os referenciais naturais, mas também dispositivos, ritmos produtivos e sistemas informacionais orientam sua mensuração e vivência. Nesse processo, impõe-se a pergunta acerca da universalização de uma forma específica de medir o tempo, que, ao se difundir globalmente por meio do calendário de 24 horas e dos algarismos hindu-arábicos, inscreve uma racionalidade histórica que tende a apagar singularidades em nome de uma pretensa objetividade.

Entretanto, essa objetivação não esgota o fenômeno temporal. Ao contrário, evidencia sua complexidade e sua abertura à interpretação. Nesse sentido, Martin Heidegger (2009, p. 57) recoloca o problema em bases ontológicas, ao compreender o tempo não como objeto mensurável, mas como dimensão constitutiva da existência, intrinsecamente relacional e situada no ser-no-mundo. Assim, o tempo deixa de ser apenas contado para ser vivido, emergindo como experiência que articula existência e sentido.

Em tensão com essa perspectiva, a crítica à tradição positivista, formulada por Auguste Comte (1830–1842), evidencia como a fragmentação do pensamento contribuiu para a redução do tempo a uma estrutura mensurável e descontextualizada. Em contraposição, Henri Bergson (1896) propõe a noção de duração, na qual o tempo é concebido como fluxo contínuo, qualitativo e inseparável da consciência, escapando à lógica da medida e afirmando-se como experiência vivida.

A partir dessas bases, a reflexão contemporânea, em diálogo com Harvey (1989), evidencia que as transformações do capitalismo intensificam a articulação entre tempo e espaço, produzindo formas de compressão temporal que reconfiguram a experiência social. De modo convergente, Zygmunt Bauman (2000) aponta para a fluidez das relações modernas, nas quais os ritmos se tornam instáveis e as referências temporais, cada vez mais frágeis.

Dessa forma, torna-se possível compreender que essas distintas abordagens não são fragmentos isolados, mas momentos de uma mesma problematização do tempo: do tempo como ordem cósmica ao tempo como medida, e deste ao tempo como experiência e relação. Nesse percurso, a temporalidade contemporânea revela-se como campo de tensões entre diferentes regimes de experiência, entre mensuração e vivência, entre padronização e singularidade, entre aceleração e duração, evidenciando que o tempo, longe de se reduzir a uma sucessão homogênea, constitui-se como fenômeno complexo, historicamente produzido e existencialmente vivido.

Resta, então, interrogar: o que se perde quando o tempo se submete exclusivamente à medida? Não apenas a densidade da experiência, mas a própria possibilidade de habitar o instante em sua plenitude. Entre o avanço incessante dos marcadores e o fluxo da existência, algo se desloca, como se, ao ser contabilizado, o tempo se afastasse de sua condição de vivência. Nesse intervalo, permanece a inquietação: seria o tempo que atravessa a existência, ou a existência que, ao tentar apreendê-lo, apenas o tangencia, sem jamais alcançá-lo em sua inteireza?

A GEOGRAFICIDADE DO TEMPO E SUAS TENSÕES NA MODERNIDADE ACELERADA

"A modernidade é o transitório, o efêmero, o contingente."
Charles Baudelaire

No tocante às linhas refletidas, impõe-se aqui considerar como a geofricidade do tempo, tensionada pelas dinâmicas da modernidade acelerada, reorganiza simultaneamente as formas de habitar, perceber e produzir o espaço-tempo.

Falar do tempo não é alcançar para ele um ponto de término, mas acompanhar o seu devir, a sua duração em fluxo, em que o instante não se fixa, mas se desdobra continuamente. Nesse sentido, instrumentos como o relógio não apreendem o tempo em sua essência, mas o recortam e o inscrevem em uma ordem mensurável, convertendo-o em sucessão homogênea e abstrata, expressão de uma subscrição humana que busca estabilizar aquilo que, por natureza, escapa à fixidez.

Assim, o tempo não se reduz à contagem, mas se constitui como experiência vivida, como abertura do ser e como ritmo que atravessa a existência. É nesse horizonte que a discussão se orienta, ao propor uma contribuição à dimensão teórico-metodológica do debate geográfico, tensionando seus fundamentos e abrindo caminho para uma epistemologia capaz de acolher a multiplicidade das temporalidades que constituem o espaço e a própria experiência do mundo.

Em Geografia, a banalização do tempo em favor do espaço revela um empobrecimento analítico de grandes proporções, cuja superação exige o resgate e a reelaboração crítica de matrizes teóricas que, embora revisitadas nesta reflexão, não pretendem (nem poderiam) esgotar a totalidade das concepções existentes. Tal inflexão crítica encontra eco na célebre assertiva de Hartshorne (1978, p. 68), ao afirmar que "a Geografia é o que os geógrafos dela fizeram", indicando que suas formas de apreensão são historicamente construídas e, portanto, passíveis de transformação.

Ao abordar o tempo em sua materialidade e geofricidade, é imprescindível reconhecer que, no mundo contemporâneo, prevalece a ideia de um tempo homogêneo, universalmente partilhado, regulado por um mesmo calendário e segmentado em unidades de 24 horas, convenção cuja origem remonta às práticas astronômicas da antiga Babilônia (Labat, 1959).

Tal padronização, longe de ser neutra, evidencia o caráter histórico e cultural dos instrumentos de mensuração temporal, os quais desempenharam papel decisivo na organização das sociedades. Assim como a pólvora, a escrita e o domínio do fogo, a invenção e o aperfeiçoamento dos dispositivos de medição do tempo instauraram profundas transformações na experiência humana, reconfigurando ritmos, práticas e modos de habitar o mundo.

As transições técnicas, a crescente fluidez dos modais de transporte, a instantaneidade dos meios de comunicação e a ubiquidade da internet operam uma espécie de compressão do espaço, por vezes anunciada como seu próprio esvanecimento. E, nesse limiar em que as distâncias se dissolvem, o tempo deixa de apenas fluir, ele irrompe: torna-se imediato, simultâneo, entrelaçado em redes que conectam o

aqui e o alhures sem intervalo aparente. Assim, mais do que medir o tempo, a contemporaneidade o intensifica, convertendo-o em uma presença contínua que atravessa o cotidiano como urgência, como vertigem, como experiência sensível de um mundo que já não espera.

Nesse desdobramento, a velocidade do tempo, quando apreendida a partir dos ritmos vividos, inscreve-se em um campo plural de observações, no qual se evidencia uma reconfiguração da própria consciência temporal. Não se trata apenas de medir o tempo, mas de senti-lo em suas inflexões, em suas densidades e rarefações.

Husserl (1963) assinala que a consciência se revela estruturada por modalidades temporais, cujo caráter duplo e indissociável, entre determinações naturais e empíricas, funda a possibilidade de relação entre consciências, articulando o fluxo do vivido. Nessa mesma direção, Thompson e Varela (2001) compreendem a mente como uma configuração espaço-temporal que modula as dinâmicas cerebrais, deslocando-a de uma instância puramente abstrata para um processo em constante atualização. Já Maldonado (2008) sugere que a consciência não se circunscreve ao domínio da cabeça, mas se difunde na dimensão afetiva do corpo, expandindo-se como experiência incorporada.

Em Merleau-Ponty (1999), o tempo deixa de ser concebido como mera métrica aritmética para afirmar-se como temporalidade encarnada, na qual mente e corporeidade se entrelaçam no tecido da experiência. Assim, diante da intensificação dos estímulos e da aceleração produtiva que marcam a contemporaneidade, o tempo passa a atravessar lateralmente a consciência, desfazendo fronteiras rígidas entre o pensar e o sentir. Nesse entrelaçamento progressivo, mente e corpo já não se distinguem como instâncias separadas, mas convergem em uma experiência temporal densa, na qual o fluxo do mundo e o fluxo da consciência tornam-se, cada vez mais, indistinguíveis.

Diante disso, a percepção social da aceleração temporal deixa de ser mero efeito sensível para revelar-se como expressão de uma subordinação estrutural do tempo às lógicas do modo de produção capitalista. Na contemporaneidade, marcada pela globalização e pela financeirização, o tempo produtivo adquire centralidade inédita, distinguindo-se das formações mercantis pretéritas, nas quais o eixo gravitacional recaía sobre o trabalho, o crédito e a usura, mas ainda não sobre a plena mercantilização do próprio tempo. O que se observa, portanto, é uma inflexão ontológica: o tempo, antes condição da produção, torna-se ele mesmo objeto e medida de valor, capturado e reconfigurado pelas dinâmicas do capital.

Nessa tessitura, o tempo é fragmentado em unidades cada vez mais ínfimas, cronometrado com precisão crescente e orientado por uma racionalidade pragmática que regula os ritmos da produção. Tal configuração distancia-se profundamente da herança clássica da Grécia Antiga, na qual o tempo do ócio — o *scholé* — constituía o espaço privilegiado do pensamento, da contemplação e da formação espiritual.

Em contraste, o tempo produtivo contemporâneo não apenas organiza a base econômica, mas impõe-se como imperativo existencial, tensionando a experiência humana em direção à eficiência, à performance e à continuidade incessante. É nesse tempo que se produzem objetos, se estruturam mercados e se projeta, paradoxalmente, a promessa de uma longevidade que, ao se expandir, permanece atravessada pela mesma lógica de aceleração.

No interior dessa racionalidade, o “tempo produtivo”, tal como discutido por Thompson (1998), designa o intervalo em que a força de trabalho é mobilizada na produção de bens e serviços geradores de valor. Contudo, mais do que uma categoria econômica, ele se revela como um princípio organizador da vida social, alinhado às formulações da teoria do valor-trabalho, segundo as quais o valor se ancora no tempo e no esforço despendidos.

Assim, o tempo, outrora vivido como duração e experiência, converte-se em unidade de cálculo, em medida abstrata que regula não apenas a produção, mas os próprios modos de existir. E, nesse deslocamento silencioso, insinua-se uma questão ainda em aberto: até que ponto a captura do tempo pelo capital redefine não apenas o trabalho, mas a própria possibilidade de viver o tempo como experiência que escapa à lógica da produção?

Quanto mais se intensifica a produção, mais o tempo se impõe como exigência, não apenas como medida, mas como condição a ser continuamente expandida. Contudo, nesse mesmo movimento, o tempo revela um comportamento paradoxal: ao ser acelerado, fragmenta-se; ao ser particionado, parece multiplicar-se. A contemporaneidade institui, assim, o regime do instantâneo, um tempo que se realiza no agora contínuo, mas que, ao mesmo tempo, carrega em si a marca incontornável da finitude, pois cada instante, ao emergir, já se encontra em vias de desaparecer. O tempo, nesse sentido, jamais cessa: ele se consome em sua própria atualização.

O presente, por sua vez, afirma-se como uma permanência instável, uma eternidade em mutação constante. Não há fixidez no agora, mas um devir incessante que transforma cada experiência vivida em vestígio, deslocando-a imediatamente ao passado, enquanto novas camadas de realidade se instauram. Essa fluidez confere ao presente um caráter simultaneamente absoluto e efêmero: absoluto, por constituir a única dimensão efetivamente vivida; efêmero, por dissolver-se no exato momento em que se afirma. Assim, a experiência temporal contemporânea se organiza como tensão contínua entre presença e perda, entre o que é e o que já deixou de ser.

Dessa articulação entre passado, presente e futuro emerge a noção de eternidade, não como simples prolongamento do tempo, mas como uma dimensão que o transcende. A eternidade, nesse invólucro, configura-se como uma totalidade na qual as distinções temporais se dissipam, permitindo pensar a coexistência simultânea de todas as temporalidades. Trata-se de um tempo outro, ou mesmo de uma suspensão do tempo, frequentemente associado à ideia de imutabilidade, onde o devir não se impõe como condição.

É nesse registro que Santo Agostinho (1999) elabora sua reflexão sobre a eternidade em relação ao divino: enquanto a experiência humana se desenrola na linearidade fragmentada do tempo, Deus se inscreve em uma dimensão fora de toda sucessão, onde não há antes nem depois, mas uma presença plena e contínua. A eternidade, assim, não se configura apenas como negação do tempo, mas como um campo de inteligibilidade que tensiona a própria compreensão da temporalidade humana, abrindo a possibilidade de pensá-la para além de sua condição finita e sucessiva.

Nesse limiar, em que o tempo se desdobra entre aceleração, experiência e transcendência, impõe-se a necessidade de apreendê-lo não apenas como fluxo contínuo, mas como problema a ser organizado pelo pensamento. O tempo, ao atravessar as múltiplas camadas da existência, deixa de ser apenas categoria analítica e passa a configurar um campo de tensões, no qual coexistem medida e vivência, cálculo e sentido, finitude e permanência. É nesse entrecruzamento que o pensamento geográfico se vê convocado a reunir suas múltiplas leituras, não para encerrá-las em uma totalidade definitiva, mas para construir uma inteligibilidade possível diante de sua complexidade.

Destarte, diante das múltiplas dimensões que atravessam a compreensão do tempo na Geografia contemporânea, torna-se necessário sistematizar os principais eixos analíticos que emergem dessa reflexão. O quadro 1 a seguir apresenta uma síntese interpretativa que articula fundamentos teóricos, exemplos empíricos, contextos históricos e eventos geográficos e manifestações sociais do tempo, evidenciando sua complexidade e sua condição multifacetada. Mais do que uma simples organização didática, trata-se de um esforço de condensação epistemológica, no qual diferentes perspectivas convergem para revelar a profundidade das relações entre tempo, espaço e experiência.

Quadro 1- Síntese analítica da geograficidade do tempo na modernidade

Dimensão Analítica	Fundamentação Teórica	Tempo Histórico	Situação Geográfica	Fenômeno Social	Leitura Interpretativa
Tempo como construção mensurável	O tempo como medida abstrata (Labat; tradição babilônica)	Criação do calendário e divisão em 24h	Padronização global dos fusos horários	Organização do trabalho industrial	O tempo torna-se universalizado, homogêneo e instrumental
Tempo e técnica	A técnica como mediadora da experiência temporal	Revolução Industrial	Expansão ferroviária e sincronização dos territórios	Disciplina do trabalho (Thompson)	O tempo passa a ser disciplinado e subordinado à produção
Aceleração temporal	Compressão espaço-tempo (modernidade tardia)	Revolução digital (século XX–XXI)	Redes globais e cidades conectadas	Cultura da instantaneidade (internet)	O espaço se reduz funcionalmente, e o tempo se intensifica
Tempo vivido (fenomenológico)	Consciência temporal (Husserl;	Modernidade subjetiva	Ritmos urbanos	Ansiedade, sensação de	O tempo deixa de ser apenas medido e passa a

	Merleau-Ponty)		diferenciados	falta de tempo	ser sentido
Tempo e corpo	Temporalidade encarnada (Merleau-Ponty; Varela)	Pós-modernidade	Mobilidade urbana e sobrecarga sensorial	Exaustão, burnout	O corpo torna-se lugar de inscrição do tempo acelerado
Tempo e capitalismo	Tempo produtivo como valor (Thompson)	Capitalismo industrial → financeiro	Centros urbanos globalizados	Intensificação do trabalho e produtividade	O tempo é mercantilizado e convertido em valor econômico
Tempo cíclico e natural	Ritmos naturais e recorrência	Sociedades agrárias	Semiárido (ciclos de seca e chuva)	Adaptação ao meio ambiente	O tempo se articula com a natureza e regula a vida social
Tempo fragmentado	Multiplicidade temporal contemporânea	Globalização	Diferentes ritmos em um mesmo espaço urbano	Desigualdade socioespacial	Coexistência de múltiplos tempos em um mesmo território
Tempo e eternidade	Atemporalidade (Santo Agostinho; Whitrow)	Filosofia clássica e teologia	Espaços sagrados e simbólicos	Espiritualidade e introspecção	O tempo é transcendenciado como experiência não linear
Tempo como horizonte ontológico	Temporalidade como condição do ser	Filosofia moderna e contemporânea	Existência situada no espaço	Construção da identidade	O tempo estrutura a compreensão do mundo

Fonte: Autores, 2026.

À luz do quadro, a reflexão epistemológica que se desenha não se limita à classificação dos tempos, mas à própria problematização dos modos de conhecê-los. A epistemologia aqui insinuada advém como abertura ao enigma: conhecer o tempo é, paradoxalmente, reconhecer o que nele escapa. Assim, os exemplos empíricos, como a regimentação dos fusos horários, a cadência disciplinar do trabalho urbano ou a sincronização global das trocas, não figuram como meras ilustrações, mas como acontecimentos que expõem a inscrição do tempo em dispositivos de poder, técnica e racionalidade.

O tempo mensurado revela-se como operação de recorte, uma espécie de geometrização do fluxo que pretende estabilizar aquilo que, em si, é puro devir. Os exemplos mobilizados, como a padronização dos fusos horários ou a organização temporal do trabalho nas dinâmicas urbanas, evidenciam como o tempo é simultaneamente produzido e imposto por arranjos técnicos e sociais.

Nesses casos, o tempo deixa de ser apenas condição da experiência para tornar-se dispositivo de ordenação do espaço e da vida, revelando sua inscrição nas lógicas do poder e da técnica. Tal como sugere Bergson, contudo, essa mensuração não esgota a experiência temporal, pois a duração vivida escapa às grades da homogeneização, insistindo como fluxo qualitativo que resiste à fragmentação.

Sob o olhar deleuziano, cada caso deixa de ser exemplo para tornar-se acontecimento, ponto de intensificação onde o tempo se desdobra em multiplicidade. O que o quadro sugere, então, não é uma síntese definitiva ou sistema fechado, mas uma cartografia provisória de forças temporais em variação contínua. Assim, conhecer o tempo é menos capturá-lo em conceitos e mais acompanhar seus ritmos, suas fissuras, suas linhas de fuga, como quem escuta, no rumor do mundo, não o tempo que passa, mas o tempo que insiste em passar de outro modo.

Dessa forma, o tempo, enquanto horizonte ontológico, não se reduz à linearidade de uma sucessão mensurável, mas se desdobra como condição de possibilidade da própria experiência e da constituição do ser. O passado não se apresenta como algo encerrado, mas como presença que insiste, o futuro, por sua

vez, não é apenas projeção, mas abertura que desestabiliza qualquer pretensão de fixidez no presente. Entre esses polos, o ser humano não apenas “está” no tempo, mas é atravessado por ele, numa trama em que memória, expectativa e vivência se entrelaçam.

Nesse entrelaçamento, a temporalidade revela-se como movimento constitutivo da existência, ao mesmo tempo em que escapa às tentativas de apreensão estritamente objetiva. Os exemplos empíricos e as formas sociais de organização do tempo, como sua padronização técnica, disciplinarização no trabalho e inscrição nas dinâmicas culturais, evidenciam justamente essa tensão: de um lado, a tentativa de estabilizar o fluxo, de outro, a persistência de uma duração que não se deixa capturar integralmente. Assim, o tempo se afirma como campo de tensões entre o mensurável e o vivido, entre a ordem instituída e a potência do devir.

Logo, mais do que uma categoria auxiliar, o tempo configura-se como eixo estruturante da reflexão ontológica e epistemológica, atravessando as ciências humanas e revelando suas próprias condições de possibilidade. Sua aparente inexistência não indica ausência de sentido, mas, ao contrário, aponta para sua complexidade constitutiva: o tempo não se dá como objeto, mas como relação, como acontecimento, como entrelaçamento de forças que continuamente produzem e transformam a realidade.

TEMPORALIDADES DO DEVIR: GÊNESE, REPETIÇÃO E ETERNIDADE

*“O tempo veste um traje diferente para cada papel
que desenha em nosso pensamento”.*

John Wheeler

Discutir o conceito de tempo exige mais do que rigor: requer uma sensibilidade capaz de atravessar sua vastidão e reconhecer, em sua tessitura, a complexidade de um fenômeno que se inscreve simultaneamente na história, na filosofia, na física e na geografia. O tempo não se oferece como unidade pacificada, mas como campo de tensões, onde dialéticas e paradoxos se entrelaçam na longa duração de sua construção histórico-filosófica. Sua pluralidade não apenas amplia o horizonte interpretativo, como também desestabiliza qualquer pretensão de síntese definitiva, fazendo do tempo menos um objeto e mais uma inquietação persistente do pensamento.

Essa multiplicidade, longe de ser um obstáculo, revela a potência de leituras que transbordam os limites de uma abordagem *stricto sensu*, insinuando a necessidade de um pensamento que aceite a ambiguidade como condição.

No âmbito da Geografia, contudo, ainda se observa a predominância de uma concepção temporal ancorada em “idades”, na qual o espaço opera como escala privilegiada de análise, muitas vezes subordinando o tempo a uma função meramente ordenadora. Diante disso, a questão que se coloca não é a de resolver o tempo como problema, mas de tensioná-lo como conceito, abrindo fissuras em suas leituras consolidadas e contribuindo, assim, para o avanço epistemológico, não como fechamento, mas como abertura contínua do pensamento.

Askin (1969) aponta que a tensão entre idealismo e materialismo não se apresenta como mera oposição teórica, mas como eixo estruturante das formas de conhecer, atravessando diferentes campos do saber e projetando-se, de modo particular, no pensamento geográfico.

Tal clivagem, longe de permitir uma definição unívoca do tempo, expõe sua condição essencialmente problemática, como se o próprio tempo resistisse a ser capturado por uma única gramática conceitual. A ciência moderna, sobretudo com a inflexão inaugurada por Einstein, ao formular a Teoria da Relatividade, desloca ainda mais esse horizonte ao romper com a ideia de um tempo absoluto, revelando-o como dimensão relativa, curvada pela gravidade e pela velocidade, inscrita na própria arquitetura do universo.

Sob a perspectiva materialista, o tempo deixa de ser apenas uma abstração físico-matemática para emergir como construção social, mediada pelas condições históricas, culturais e pelas estruturas materiais que organizam a vida. Ainda que reconheça sua objetividade, tal como descrita pela física, essa abordagem desloca o tempo para o terreno das relações, onde ele se manifesta como expressão das formas de produção, das dinâmicas de poder e das desigualdades que ritmam a existência. O tempo, assim, não apenas mede o mundo: ele o revela, inscrito nas práticas, nos corpos e nas assimetrias que configuram o viver.

Por outro lado, na vertente idealista, o tempo recolhe-se à interioridade da consciência, sendo engendrado como experiência subjetiva, tecido pela atividade da mente. Aqui, o tempo não se impõe de fora, mas brota de dentro, como memória que retém, como atenção que apreende, como expectativa que projeta.

Passado, presente e futuro não se sucedem apenas como instantes, mas se entrelaçam como dimensões vividas, unificadas no fluxo da consciência. As lembranças densificam o passado, as expectativas esculpem o porvir, e o presente se alonga como um limiar sempre em transformação. Nesse registro, o tempo torna-se fluido, instável, sensível às variações da experiência, menos uma linha que avança, mais uma duração que se reinventa a cada instante vivido.

Assim, o tempo enfatiza a centralidade da consciência na construção da experiência temporal. O tempo é entendido como uma construção mental, intimamente ligado à percepção, memória e expectativa. Essa visão convida a considerar como diferentes subjetividades e contextos culturais influenciam a maneira como vivenciamos e interpretar o tempo, revelando uma dimensão rica e multifacetada da experiência humana e com ambiguidades.

A ambiguidade do tempo revela-se como uma das mais delicadas tensões da experiência humana, na qual a linearidade aparente se desfaz diante da densidade do vivido. Longe de constituir uma entidade fixa, o tempo se inscreve como construção social, atravessado por tramas culturais, históricas, geográficas e contextuais que o moldam e o resignificam continuamente. Contudo, é na intimidade da experiência que essa ambiguidade se torna mais evidente: o tempo deixa de ser medida e torna-se sensação, deixa de ser número e converte-se em duração sentida.

Há instantes que se alongam como sombras ao entardecer, dilatando-se sob o peso do tédio ou da espera, enquanto outros se esvaem com a leveza de um sopro, consumidos na intensidade de uma alegria súbita. Assim, uma mesma hora pode conter universos distintos, ora extensa como um silêncio que não termina, ora breve como um gesto que mal se percebe. Nessa oscilação, o tempo revela sua natureza plástica, sensível às variações da emoção, da memória e das circunstâncias que envolvem o existir.

Desse modo, a experiência temporal desafia qualquer pretensão de absolutidade, uma vez que o vivido não corresponde ao tempo em si, mas à forma como este se encarna na consciência. O tempo, não apenas passa: ele se constitui nas relações, nas intensidades e nas mediações que atravessam a experiência, dobrando-se aos afetos, às memórias e às condições históricas que o configuram. Nesse sentido, deixa de ser compreendido como fluxo uniforme e passa a revelar-se como uma tessitura complexa e dinâmica, na qual cada existência inscreve, de maneira singular, o ritmo de seu próprio devir.

O tempo pode ser compreendido, simultaneamente, como realidade objetiva e como construção subjetiva, atravessada por contextos culturais e sociais que o modulam e o reconfiguram continuamente. Tal compreensão desloca sua apreensão de uma linearidade rígida para uma condição dinâmica e multifacetada, na qual o tempo se entrelaça com as experiências, os vínculos e as práticas que constituem a vida social.

Nesse preâmbulo, diferentes temporalidades não apenas coexistem, mas exigem entrecruzamentos que permitam apreender a complexidade de suas articulações. Contudo, como já sinalizado por Whitrow (2005), a existência de teorias rivais acerca do tempo evidencia tensões interpretativas que, em determinados campos científicos, como a Geografia, podem limitar ou fragilizar a construção de consensos conceituais. Essas disputas teóricas, longe de constituírem um impasse definitivo, revelam antes a própria densidade do tempo como objeto de conhecimento, cuja natureza resiste a reduções simplificadoras e convoca abordagens múltiplas para sua compreensão.

Longe de se reduzir a uma simples medida, o tempo pode ser compreendido como uma construção dinâmica, atravessada por ações, valores e contextos sociais que lhe conferem forma e sentido. Nessa perspectiva, a experiência temporal deixa de ser apenas recebida e passa a ser, em certa medida, produzida, evidenciando a capacidade de intervenção dos sujeitos sobre os ritmos que organizam a vida cotidiana. O tempo, assim, apresenta-se simultaneamente como recurso a ser gerido e como dimensão existencial carregada de significados, na qual se inscrevem práticas, escolhas e modos de habitar o mundo.

A inexistência do tempo em sua relação com o espaço instaura um deslocamento decisivo em relação às concepções clássicas que a tomavam como entidades autônomas, absolutas e independentes. A virada inaugurada pelas formulações de Einstein, especialmente no interior da Teoria da Relatividade, evidencia que tempo e espaço não apenas coexistem, mas se constituem mutuamente em uma trama relacional indissociável, na qual cada movimento, cada massa, cada velocidade reconfigura o tecido mesmo da temporalidade. Nesse sentido, o tempo deixa de ser uma linha homogênea para assumir a forma de uma experiência curvada, tensionada, inscrita nas condições do próprio universo.

A aparente separação entre passado, presente e futuro, frequentemente mobilizada como chave intuitiva para a compreensão do tempo, revela-se, nesse interím, como uma simplificação que não dá conta da

densidade ontológica de suas interações. Tais dimensões não se sucedem apenas, elas se imbricam, se sobrepõem e se contaminam mutuamente, constituindo uma rede de temporalidades que desafia qualquer linearidade estrita. O passado, ainda que encerrado em sua ocorrência factual, persiste como força atuante, não como repetição, mas como presença que se inscreve na memória, moldando identidades, orientando percepções e afetos, infiltrando-se silenciosamente no modo como o presente é vivido. O que já foi não se extingue, ele permanece como vestígio, como marca, como duração que ressoa.

O presente, por sua vez, não se oferece como ponto fixo, mas como um limiar em constante dissolução. Ele se apresenta como instante de atualização do vivido, mas imediatamente se desfaz, convertendo-se em passado no exato momento em que se afirma. Essa condição evanescente instaura uma espécie de vertigem temporal, na qual a urgência se torna componente estrutural da experiência. O agora, longe de ser estável, constitui-se como passagem, como intervalo fugaz onde o ser e o deixar de ser se encontram em tensão.

O futuro, nesse arranjo, não se reduz a um espaço vazio à frente, mas emerge como campo de possibilidades, atravessado por incertezas e expectativas. Ele não é plenamente determinável, mas tampouco é completamente indeterminado, pois se constrói em diálogo com o passado e o presente, numa dinâmica de antecipação que organiza, em parte, o próprio modo de agir no agora. Assim, a articulação entre essas três dimensões não configura uma sequência linear, mas uma constelação relacional, na qual cada momento reverbera nos demais.

Diante disso, a experiência do tempo pode ser compreendida como um entrelaçamento contínuo entre finitude e transcendência, entre a medida e o indizível. O instante, tão breve quanto decisivo, revela-se como ponto de contato entre o efêmero e o eterno, uma fresta pela qual o tempo, em sua densidade mais radical, deixa entrever algo de sua própria incompletude. E, nesse limiar, talvez o tempo não seja apenas aquilo que passa, mas aquilo que, ao passar, permanece de algum modo: como rastro, como presença, como enigma que insiste em não se encerrar.

A miscelânea entre passado, presente e futuro, em relação à ideia de eternidade, sugere que essas dimensões não se apresentam como categorias rígidas, mas como aspectos entrelaçados de uma mesma experiência. Tal compreensão convida a uma percepção mais contínua do tempo, na qual o viver se dá como fluxo de relações e atravessamentos. Mesmo na efemeridade, cada instante carrega o peso do que já foi e a abertura do que ainda pode ser, revelando que o tempo não se esgota no que passa, mas se prolonga em suas marcas e possibilidades. Assim, o efêmero e o eterno não se opõem, mas se entrelaçam na própria experiência do existir.

A simbiose das temporalidades demarca o que Comte-Spoiville (2006) menciona ao carregar o Ser-tempo – ente-entidade como unidade indissociável. A noção de ser-tempo desafia a ideia de que o tempo é meramente uma dimensão externa à nossa vida. Em vez disso, propõe que o tempo é uma parte intrínseca do nosso ser. Cada momento vivido, cada memória resgatada e cada expectativa projetada para o futuro se entrelaçam em uma tapeçaria de experiências que definem o ser. O passado molda, o presente transforma e o futuro inspira.

Essa interconexão entre ser e tempo também é visível nas relações que se estabelecem. As interações com os outros são sempre temporais; elas acontecem em momentos específicos, são afetadas por contextos históricos e culturais, e, muitas vezes, trazem à tona a efemeridade da vida. A vulnerabilidade do ser humano em face do tempo nos faz refletir sobre a importância de cada instante, levando a valorizar a autenticidade e a intensidade das experiências.

O ser-tempo também traz à tona questões filosóficas sobre a morte e a finitude. A consciência da passagem do tempo confronta com a inevitabilidade da morte, o que pode gerar tanto um sentimento de urgência quanto um convite à reflexão. Essa consciência nos leva a buscar significado e propósito, impulsionando-nos a viver de maneira mais plena e autêntica.

A noção de ser-tempo lembra que a experiência humana está intrinsecamente ligada à temporalidade. Reconhecer os múltiplos sentidos do tempo é perceber que a vida não se organiza em uma linha homogênea, mas em camadas de experiência que se cruzam, silenciosamente, no ato de existir.

Talvez o maior mistério permaneça sendo o tempo, precisamente porque continua a suscitar o fascínio de filósofos, geógrafos, artistas, poetas que transitam na ambiguidade entre a concretude e a abstração. Desde as formulações estatísticas de Boltzmann (1966), problematiza-se a flecha temporal como direção intrínseca da natureza. Com a teoria quântica proposta por Bohr (1913), evidencia-se que o tempo já não pode ser tomado como fluxo contínuo, mas como campo de probabilidades e descontinuidades que desafiam a experiência sensível.

Nesse entrelaçamento de perspectivas, o tempo se revela menos como resposta e mais como enigma que persiste em se renovar. Cada tentativa de apreensão apenas desloca o problema, abrindo novas fendas entre o que se compreende e o que se experimenta. Assim, o tempo não se deixa capturar por inteiro: ele escapa, resiste, insinua-se nos intervalos, nos silêncios e nas transições que marcam a existência.

A potência do tempo reside, justamente, em sua impossibilidade de definição. O tempo, ao não se fixar, mantém viva a inquietação do pensamento e a sensibilidade da experiência, convocando continuamente à escuta do que passa, e do que permanece, na travessia de cada instante.

Número, movimento e o agora

“O que é o tempo, se não a contagem do movimento?”

Aristóteles.

Sobre o tempo, coexistem duas perspectivas fundamentais: a física e a filosófica. Na física, o tempo relaciona-se aos movimentos naturais, assumindo caráter exógeno, infinito e imortal, com propriedades como medida, quantidade, reversibilidade e homogeneidade, que eliminam a distinção entre passado, presente e futuro (Reis, 1996). Com a teoria da relatividade de Einstein, o tempo é compreendido como relativo e dependente de fatores como gravidade e velocidade, ampliando sua complexidade.

Mas, e para a Geografia, o que significa o tempo? Mais do que uma variável de mensuração, ele constitui uma dimensão da própria espacialidade, atravessando os processos sociais e naturais, imprimindo ritmos, permanências e transformações na superfície terrestre. O tempo, assim, deixa de ser apenas um parâmetro externo e passa a integrar a própria construção do espaço geográfico, revelando o movimento e a historicidade das formas e das relações humanas no mundo.

Além de tais dimensões, o tempo possui uma dimensão simbólica e existencial que desafia definições unívocas. Nas mitologias, como a hindu, o tempo está ligado aos ciclos de criação e destruição, refletindo a impermanência (Jung, 1942). Nas tradições grega e germânica, segundo Campbell (1990), o tempo é uma força cíclica que entrelaça passado, presente e futuro em fluxo contínuo.

O fascínio mitológico de pensar o tempo e agregar a dimensão da divindade esteve em diversos povos e não mostra universalidade, uma vez que o funcionamento do tempo é diferente do que parece. A natureza do tempo continua sendo um mistério, como “a natureza da mente, a origem do universo, o destino dos buracos negros, o funcionamento da vida, mas algo essencial insiste que o tempo [...] suscita uma infinidade de perguntas” (Rovelli, 2018, p. 12).

O autor supracitado, em meio a tantas questões se pergunta “Somos nós que existimos no tempo ou é o tempo que existe em nós?” (idem). Responder a isso levaria um estruturalismo e uma dimensão pragmática que foge as linhas traçadas nesse texto, mas permite percorrer a noção de tempo como uma teia complexa, entre coleção de estruturas e camadas que se dividem em diferentes sessões ao longo dos espaços.

Saviani Filho (2010) aponta que o caminho físico para entender o tempo acelerado é compreender antes de tudo sua desaceleração. O tempo circunscrito, métrico absoluto, é o mesmo nos relógios analógicos, mas porque a sensação de tempo muda por exemplo em diferentes espaços, como na cidade e no campo?

Conforme o autor, a diferença poderia estar na medida dos relógios, que pode ser desacelerado se estiverem sobre a mesa ou no chão. Surpreendente? Talvez, mas assim se fizeram análises físicas. O mais interessante é que alguém entendeu a desaceleração um século antes de existirem relógios que medissem: Einstein.

Essa é a maior conquista do pensamento científico, a capacidade de compreender antes mesmo da essência concreta do que até então poderia comprovar. Na Antiguidade, Anaximandro assinala que o céu se estendia aos pés, antes que navios completassem a volta à Terra, na modernidade Copérnico observou o giro da Terra antes da comprovação empírica dos astronautas do movimento da Lua, Einstein compreendeu que o tempo não passa pela uniformidade, antes mesmo dos relógios poderem medir tais movimentos.

Einstein (1915) problematiza a gravitação ao questionar como os corpos como o Sol e a Terra podem exercer atração sem contato direto. Ao formular a teoria da relatividade geral, o cientista propõe que essa interação não ocorre de maneira imediata ou mecânica, mas como efeito da curvatura do espaço-tempo

provocada pela presença de massa. Assim, os corpos não se atraem diretamente, eles respondem às deformações do próprio tecido espaço-temporal que os envolve.

Essa concepção pode ser compreendida por meio de uma analogia: assim como um corpo, ao mergulhar na água, desloca e modifica o fluido ao seu redor, alterando o comportamento dos elementos próximos, também a presença de um corpo massivo reorganiza o espaço e o tempo em sua vizinhança. Nesse sentido, a gravidade deixa de ser apenas uma força e passa a ser entendida como expressão da relação entre matéria, espaço e tempo, reforçando a inseparabilidade dessas dimensões na constituição do mundo físico.

A modificação da estrutura do tempo influencia o movimento de todos os corpos, uma vez que, todo corpo desacelera o tempo nas suas proximidades. A Terra é uma grande massa, e desacelera o tempo perto dela. No espaço interplanetário, em que o fluxo do tempo é uniforme, as coisas flutuam, já na superfície o movimento das coisas se volta naturalmente para onde o tempo passa mais devagar, como as ondas do mar em nossos pés, assim “as coisas vão para baixo porque embaixo o tempo é desacelerado pela Terra” (Rovelli, 2018, p. 19).

A astronomia e a física se desenvolveram a partir da sugestão de Anaximandro: compreender como os fenômenos acontecem segundo a ordem do tempo. Anaximandro, um dos primeiros filósofos pré-socráticos, teve uma compreensão inovadora sobre a ordem do tempo que se distanciava das explicações mitológicas de seu tempo.

Em sua visão, o tempo não é linear e fixo, mas está intimamente ligado ao ciclo de nascimento e destruição. Ele acreditava que tudo no universo estava em um estado de constante transformação, em que as oposições, como quente e frio, seco e úmido, se equilibram em um processo contínuo (Leão, 2017). Essa ideia de mudança perpétua implica que o tempo é um fluxo dinâmico, onde o passado e o futuro estão sempre em relação um ao outro.

As equações da física explicam as mudanças no tempo, desde as leis de Newton na dinâmica até as de Maxwell para campos eletromagnéticos e as equações de Schrödinger na mecânica quântica. Essas formulações evidenciam o tempo como uma ordem numérica que mede a variação dos fenômenos.

Na mecânica clássica, as equações de movimento descrevem a mudança da posição de um objeto sob aceleração constante. Já na mecânica quântica, a função de onda indica a evolução temporal da probabilidade de estados da partícula, revelando a complexidade do tempo em escalas microscópicas. A grosso modo, observando o caráter pragmático do tempo, no Sistema Internacional de Unidades (SI) a unidade padrão do tempo é segundos (s), em que sua duração é: 1 s é a duração de 9.162.631.770 períodos da radiação característica do césio 133 que é empregada no relógio atômico” (Nussenzveig, 2013, p. 32).

O segundo serve como a unidade fundamental para diversas aplicações, desde a ciência até a vida cotidiana, permitindo a padronização de tempos em diferentes contextos, como na física e nas engenharias. Além disso, o SI inclui múltiplos do segundo, como o minuto (60 segundos), a hora (3.600 segundos) e o dia, facilitando a compreensão e o uso do tempo em escalas variadas.

No entanto, reduzir o tempo a uma mera medida física ignora sua complexidade e a riqueza da experiência humana. Para uma compreensão mais holística, é essencial integrar as dimensões subjetivas, culturais e filosóficas do tempo, reconhecendo sua importância não apenas como uma ferramenta de medição, mas como um aspecto fundamental da vida e da existência, uma vez que tempo é multiplicidade.

Como bem assinala Rovelli (2018, p. 22), “não existem dois tempos, existem legiões de tempos. Um tempo diferente para cada ponto do espaço”. Cada tempo é ditado por diferentes fenômenos, que concebem um ritmo próprio. Isso indica números, movimentos díspares, na teia da própria teoria da relatividade geral de Einstein, sem que haja um tempo único, mas inúmeros. A física não descreve como as coisas evoluem no tempo, mas como elas evoluem em seus tempos e como os tempos se articulam entre si.

O tempo, então, não possui uma unicidade. Cada território pulsa em seu próprio compasso, fazendo emergir ritmos específicos nos quais os acontecimentos se entrelaçam. Trata-se de uma dança, como apresentada no quadro *Oberon, Titania and Puck with Fairies Dancing* (1786) (Figura 1), de William Blake, em que as figuras míticas não apenas se movem, mas vibram em temporalidades distintas, entre o sutil, o mágico e o indizível.

Figura 1 - Quadro Oberon - Titania and Puck



Fonte: Tate.org, 1786. Adaptação realizada pelos autores, incluindo marcações e notas metafóricas que enfatizam a leitura temporal e simbólica discutida no texto.

Na pintura, Oberon e Titânia reinam entre luzes etéreas, enquanto fadas giram em espirais que sugerem não um tempo linear, mas um tempo que se dobra, se acomoda e se reinventa conforme o olhar que o acolhe. A metáfora da dança permite vislumbrar esses descompassos harmônicos: figuras que giram, flutuam e se deslocam em temporalidades diversas, ora rápidas, ora lentas, ora quase suspensas, compondo uma coreografia que não obedece à linearidade, mas à sensibilidade singular de cada presença.

Do mesmo modo, os territórios também se desvelam assim: cada ator social move-se a partir de seu próprio ritmo, e a passagem do tempo manifesta-se como experiência situada, filtrada pelo lugar de quem observa e pelo modo como se está no mundo. Pensar o tempo, nesse interm, implica reconhecer uma coexistência de temporalidades que não se anulam, mas se sobrepõem e se tensionam, revelando a densidade das relações que constituem a vida espacial e social. Nessa perspectiva, o tempo não se oferece como unidade a ser apreendida, mas como campo em constante elaboração.

Diante dessa constelação, impõe-se uma inquietação: como compreender um tempo que não se deixa capturar por uma forma única, mas se afirma justamente na diversidade de suas manifestações? E, mais ainda, como pensar a experiência quando ela se dá em meio a tempos que não coincidem plenamente? Talvez a questão não esteja em ordenar essas diferenças, mas em reconhecer que é nelas que se inscreve a própria possibilidade de existir, como se o tempo, ao invés de responder, insistisse em abrir caminhos. Assim, habitar o tempo não seria dominá-lo, mas permanecer nesse intervalo onde o vivido ainda se está tornando.

Arithmos e a medição existencial do tempo

“O tempo não é um mero número, mas a abertura para a temporalidade que nos permite ser e experienciar”.
Heidegger (2009).

Nessa abertura ao múltiplo e ao indeterminado, o próprio esforço de compreender o tempo conduz inevitavelmente a uma questão mais fundamental: como tornar inteligível aquilo que se apresenta em constante variação? Entre a fluidez da experiência e a necessidade de apreensão, emerge a busca por formas de ordenação que não eliminem a complexidade, mas a expressem em novas configurações. É nesse limiar entre o vivido e o pensado que se insinua a necessidade de categorias capazes de traduzir relações, proporções e ritmos, ainda que de modo provisório, abrindo caminho para uma compreensão mais estruturada das temporalidades. É nesse contexto que o conceito de *arithmos* se apresenta como chave de leitura.

O termo *arithmos*, oriundo da tradição grega antiga, remete à noção de número, mas não se limita à sua acepção quantitativa. No pensamento filosófico, especialmente nas reflexões de Pitágoras e Aristóteles, o conceito de *arithmos* ultrapassa a mera contagem, configurando-se como expressão de relações, proporções e princípios de ordenação que estruturam o real.

Para os pitagóricos, os números não apenas descrevem o mundo, mas constituem sua própria essência, sendo compreendidos como fundamentos da harmonia e da ordem cósmica. Nessa perspectiva, o universo se organiza segundo princípios numéricos que revelam uma lógica interna de equilíbrio e proporção. Já em Aristóteles (2002), o *arithmos* é mobilizado em um contexto mais analítico, articulando-se às operações lógicas e aos processos de classificação, evidenciando o papel dos números na constituição do conhecimento e na organização do pensamento. Dessa forma, o conceito de *arithmos* se apresenta como uma chave interpretativa que transcende o campo matemático, inscrevendo-se como princípio filosófico de inteligibilidade do mundo.

Mas até que ponto tudo pode ser medido? E, mais ainda, tudo pode ser reduzido a uma representação estatística? Em Aristóteles (2002), a leitura da doutrina pitagórica, frequentemente sintetizada na ideia de que “tudo é número”, aparece como uma interpretação que busca dar inteligibilidade à centralidade atribuída aos números na compreensão do real. Para os pitagóricos, os números não eram apenas instrumentos de mensuração, mas princípios constitutivos da própria ordem do cosmos, sugerindo que as relações que estruturam o mundo poderiam, em alguma medida, ser expressas numericamente.

A leitura aristotélica, ao mesmo tempo que reconhece essa intuição, também a tensiona, ao evidenciar seus limites e sua tendência à simplificação de uma filosofia mais complexa. Assim, a noção de que a realidade possa ser integralmente traduzida em termos numéricos revela tanto sua potência explicativa quanto suas insuficiências, abrindo espaço para a reflexão sobre aquilo que escapa à mensuração, o indizível, o qualitativo, o vivido. É nesse entremeio que se inscreve a questão: o que se perde quando o mundo é inteiramente reduzido a números?

Nesse horizonte interpretativo, Aristóteles (2002, p. 26) afirmava repetidamente que:

1. “Pensavam serem os elementos dos números os elementos de todas as coisas;
2. “A totalidade do céu é harmonia e número”;
3. “Os números, conforme dissemos, correspondem à totalidade do céu”;
4. “Eles dizem que os números são as próprias coisas”;
5. “Aqueles [filósofos] dizem que as coisas são número”;
6. “Fizeram os números serem as coisas que são”.

Essas formulações evidenciam a tentativa de compreender o real a partir de uma lógica de ordem e proporção, na qual o número deixa de ser apenas instrumento de mensuração e passa a ser concebido como princípio constitutivo do próprio ser. Contudo, essa aparente unidade revela, simultaneamente, tensões interpretativas que atravessam a leitura dessa tradição, indicando que a relação entre número e realidade não se esgota em uma identidade simples, mas se desdobra em múltiplos níveis de sentido e problematização.

Se a própria tradição filosófica insinua que o número atravessa o real, permanece a inquietação: aquilo que se apresenta como medida coincide, de fato, com aquilo que é? Nas formulações atribuídas à tradição pitagórica, mediadas pela leitura aristotélica, emerge a ideia de que os números não apenas representam o mundo, mas constituem sua própria tessitura. Como indica Aristóteles (2002, p. 26), os números seriam os elementos das coisas, a totalidade do céu seria harmonia, e, em última instância, as próprias coisas seriam números, como se o ser do mundo pudesse ser dito inteiramente em termos de relação e quantidade.

Entretanto, essa afirmação não se sustenta sem tensão. Como observa Burkert (1972), a interpretação aristotélica do pitagorismo não é linear, mas se desdobra em diferentes sentidos, ora aproximando os números dos objetos sensíveis, ora elevando-os a princípios estruturais do cosmos. Já Cherniss (1935) problematiza esse movimento, sugerindo que há, na leitura aristotélica, uma tendência a projetar uma sistematização que talvez ultrapasse os próprios limites do pensamento pitagórico, como se a busca por coerência também produzisse simplificações.

É nesse entrecruzamento que o *arithmos* se revela: não apenas como número, mas como medida, proporção, relação, um princípio que organiza, mas que também recorta. O mundo, quando traduzido em *arithmos*, ganha inteligibilidade, mas também se submete a uma forma de apreensão que privilegia o que pode ser contado, comparado, ordenado. E, ainda assim, algo escapa.

Na reflexão de Brague (2006), o *arithmos* ultrapassa a função de mera contagem e se inscreve como mediação entre o sensível e o inteligível, entre o humano e uma ordem mais ampla do cosmos. Os números, nesse horizonte, deixam de ser apenas instrumentos e passam a expressar uma tentativa de

captar a harmonia do real. Contudo, essa harmonia é acessível em sua totalidade? Ou permanece sempre como horizonte, como algo que orienta o pensamento, mas nunca se entrega completamente a ele?

Assim, entre a afirmação de que “tudo é número” e a constatação de que nem tudo se deixa reduzir a ele, abre-se um campo de tensão fundamental. O *arithmos*, enquanto princípio de medida, revela e organiza, mas também delimita e silencia. E talvez seja justamente nesse intervalo, entre o que se mede e o que não se mede, que o pensamento encontra sua força: não em encerrar o real em números, mas em reconhecer que, por mais que o mundo possa ser quantificado, ele nunca se esgota naquilo que pode ser. Assim, o *arithmos* ultrapassa a mera noção de quantidade e se afirma como uma chave interpretativa da realidade, ao entrelaçar a busca por ordem e sentido em meio à complexidade do mundo, como se cada número fosse um sopro silencioso da harmonia do cosmos, evidenciando a profunda interconexão entre matemática, filosofia e a experiência humana.

A estrutura numérica se dá a partir da articulação entre números e a ordem do cosmos. Os números não são apenas quantidades, mas expressões de relações que estruturam a realidade. Assim, “arithmos” torna-se um ponto de conexão entre matemática, filosofia e a compreensão do universo, revelando como os números organizam nosso conhecimento e experiência.

O conceito de “arithmos” também pode ser explorado em relação ao tempo, especialmente na filosofia pitagórica. Os pitagóricos viam os números como fundamentais para entender a estrutura do cosmos, e isso inclui a noção de tempo. Abaixo (Quadro 2) observa-se uma proposição da discussão do tempo em uma abordagem arritmica para além da base numérica em enlaço quantitativo:

Quadro 2 - Tempo em base *arithmos*

Medida do Tempo	Relações e Harmonia	Tempo Cíclico
Os números são usados para medir o tempo, estabelecendo ritmos e ciclos, como os dias, meses e anos, que organizam a experiência temporal.	O tempo pode ser entendido como uma sequência de eventos, e a relação entre esses eventos pode ser expressa numericamente, refletindo uma harmonia subjacente no fluxo temporal.	Na filosofia antiga, o tempo era frequentemente visto de forma cíclica, e os números ajudavam a articular esses ciclos, como as estações do ano, indicando uma relação entre o tempo e a ordem natural.

Fonte: Autora (2025) com base em Brague (2006).

Nesse contexto, o tempo se deixa entrever na linguagem dos números, que instauram ritmos e ciclos, dias, meses, anos, como marcas de uma cadência que organiza a experiência e dá forma ao fluxo do vivido. Contudo, essa ordenação não se reduz a uma simples mensuração: ela sugere uma repetição que nunca se repete do mesmo modo, um retorno que carrega diferença, onde o tempo cíclico se afirma menos como repetição mecânica e mais como pulsação de um movimento contínuo.

Assim, o *arithmos* emerge não apenas como instrumento de medida, mas como via de compreensão da complexidade temporal, permitindo entrever o tempo como sucessão e, simultaneamente, como tecido de relações que sustentam o aparecer dos acontecimentos. Entre o que se conta e o que se vive, entre a regularidade e a variação, insinua-se uma ordem que não se impõe de forma rígida, mas que se manifesta como harmonia, uma harmonia que acolhe as diferenças sem anulá-las.

Nesse íterim, o tempo se revela como dimensão constitutiva da própria estrutura do cosmos: não apenas como aquilo que passa, mas como o princípio que organiza, articula e torna inteligível o que existe. Assim como o *arithmos* expressa relações e proporções, o tempo também pode ser compreendido como um modo de ordenação que atravessa tanto a experiência humana quanto a configuração do universo, uma trama silenciosa na qual o real se inscreve, entre medida e mistério, entre número e presença.

É necessário, portanto, ultrapassar a compreensão do tempo como mera sucessão linear de instantes. Tal perspectiva, ainda que útil em certos domínios, revela-se limitada diante da complexidade da experiência temporal. O tempo deve ser concebido como uma estrutura dinâmica que organiza eventos, articula ciclos e expressa uma harmonia intrínseca ao universo. Os ciclos naturais, como a alternância das estações do ano, não apenas ilustram essa organização, mas evidenciam um princípio de recorrência que escapa à linearidade estrita e inscreve o tempo em uma lógica rítmica.

Nesse sentido, o tempo também se manifesta como construção social e cultural, sendo estruturado por ritmos coletivos que orientam práticas, significados e formas de pertencimento. Celebrações como o Ano Novo exemplificam essa dimensão: mais do que marcos cronológicos, constituem dispositivos simbólicos

que condensam memória, expectativa e renovação. Ao reiterarem-se periodicamente, tais eventos reforçam vínculos comunitários e instauram uma continuidade que não é apenas temporal, mas também existencial.

Ademais, a relação entre tempo e espiritualidade aprofunda ainda mais essa compreensão. Diversas tradições religiosas organizam o tempo por meio de calendários litúrgicos que instituem períodos qualitativamente distintos, marcados por rituais, práticas e significados específicos, como o Ramadã, no Islã, ou o Advento, no Cristianismo. Nesses contextos, o tempo deixa de ser homogêneo e mensurável para tornar-se denso, vivido e sagrado, abrindo espaço para a introspecção e a conexão com o transcendente. Assim, a temporalidade assume uma dimensão qualitativa, na qual o sentido prevalece sobre a mera duração (Deleuze, 2005).

Dessa forma, o traçar *arithmos* do tempo revela-se como uma dimensão complexa que excede a simples contagem de unidades cronológicas. Trata-se de uma articulação entre número, ordem e ritmo, que conecta o humano ao cósmico, o cotidiano ao simbólico, o mensurável ao vivido. Compreendido assim, o tempo não apenas mede a realidade, mas a organiza, a qualifica e a torna inteligível. É nessa tessitura de ciclos, ritmos e significados que se revela sua centralidade na experiência humana e na própria constituição do mundo.

PALAVRAS AO TEMPO: ESTRUTURA DA ENUNCIÇÃO

“O tempo é invenção ou não é nada. O que medimos com o relógio não é o tempo, mas apenas uma representação espacial do mesmo”.

Bergson (2006)

O tempo, desde os primórdios do pensamento filosófico, insinua-se como um dos mais persistentes e indecifráveis objetos de reflexão. Ainda que atravessado pelo uso ordinário e instrumentalizado nas práticas cotidianas, ele resiste a toda tentativa de circunscrição conceitual rigorosa. Sua definição, longe de se estabilizar, dissolve-se na própria linguagem que busca apreendê-lo.

A temporalidade, por sua vez, não se apresenta como um objeto entre outros, mas como condição silenciosa que sustenta e atravessa toda experiência e toda forma de dizer o mundo. Ela é pressuposta antes mesmo de ser pensada, insinuando-se nos ritmos da existência, nas narrativas, nas memórias e nas expectativas. Contudo, ao tentar capturá-la, o pensamento se depara com um paradoxo: o tempo não se deixa fixar, pois é precisamente aquilo que, ao fluir, desfaz qualquer pretensão de permanência.

Embora enunciados corriqueiros como “esperei quarenta minutos” ou “amanhã partirei” sugiram uma apreensão ordinária do tempo enquanto sucessão de passado, presente e futuro, toda tentativa de defini-lo rigorosamente esbarra em uma rede conceitual que o pressupõe. Termos como “antes”, “depois” e “simultaneidade” não explicam o tempo, antes, reiteram uma compreensão já operante, instaurando uma circularidade que torna o objeto intrinsecamente problemático. O tempo, nesse sentido, parece furtar-se à definição direta, manifestando-se apenas de modo oblíquo, por meio de formas linguísticas que o indicam sem jamais capturá-lo plenamente.

A linguagem, assim, não apenas expressa o tempo, mas o circunscreve dentro de seus próprios limites. O recurso a categorias temporais não decorre unicamente de uma escolha arbitrária ou de uma convenção superficial, mas de uma exigência que parece estruturar a própria possibilidade de dizer. Fala-se em “antes” e “depois” não apenas porque tais termos estão disponíveis, mas porque algo na experiência impõe sua utilização, como se o tempo, ainda que inapreensível em si, exigisse mediações para tornar-se comunicável.

Essa exigência não se reduz a uma necessidade meramente lógica, embora se articule com regras gramaticais que organizam o discurso. Há, subjacente a essas estruturas, uma dimensão mais profunda, na qual o tempo se impõe como condição vivida. A tentativa de suprimir as distinções entre passado, presente e futuro pode tensionar a coerência lógico-linguística, mas não anula a experiência de transição que atravessa a existência. O envelhecimento, o devir, a transformação e o desgaste das coisas não se deixam dissolver em abstrações formais; persistem como evidências de uma temporalidade que excede a linguagem, ainda que só se torne inteligível por meio dela.

Dessa forma, o tempo não se apresenta como um conceito plenamente delimitável, mas como uma dimensão que se insinua entre a experiência e a linguagem, sustentando ambas sem jamais coincidir

integralmente com nenhuma delas. Ele é, ao mesmo tempo, aquilo que escapa ao dizer e aquilo que torna todo dizer possível.

Sim, o tempo é um mistério. Ele flui inexoravelmente, levando o ser em direção a um "nunca-jamais", arrancando-nos da atualidade de forma inexplicável e súbita, confrontando-nos com o que está por vir. Essa experiência configura-se como uma antiga novidade que se impõe de modo recorrente, operando de forma quase imperceptível, como um processo silencioso de subtração que se efetua sem plena apreensão. Essa experiência é como uma velha "novidade" que assalta quase imperceptivelmente. O tempo existe na mente humana, uma vez que é nela que o passado, o presente e o futuro permanecem vivos.

Embora não seja possível mensurar o passado, já dissolvido no que não é mais, nem o futuro, que ainda não se atualizou na ordem do real, persiste a capacidade de reter e projetar aquilo que escapa à presença imediata. A memória conserva, sob a forma de vestígio, aquilo que foi, enquanto a expectativa antecipa, como projeção, aquilo que ainda não se efetivou.

Desse modo, mesmo o futuro, ainda inexistente em termos concretos, encontra uma forma de presença enquanto antecipação, inscrita como possibilidade no horizonte da experiência. De maneira análoga, o passado, embora ausente em sua efetividade, subsiste como permanência na memória, que o reinscreve no presente sob a forma de lembrança. Assim, o tempo revela-se menos como sucessão de instantes isolados e mais como uma trama em que ausência e presença se entrelaçam, mediadas pela experiência que retém e projeta.

Se o tempo é fugaz, o que se possui é a sensação do tempo. No entanto, não se tem a clareza sobre sua verdadeira natureza. Definir-lo é deveras complexo e problemático, porque o reduziria a uma análise ínfima, pois isso poderia torná-lo indefinível ou nos afastar de sua essência, confundindo-o com uma mera fórmula. Assim, o tempo permanece um mistério, sempre envolto em obscuridade e ora ou outra de reducionismo.

Seria o tempo movimento? Sim, à medida que caminha em continuidades e descontinuidades, quebras e rupturas, mas também não porque o movimento ocorre dentro do tempo, e a mudança sempre se dá nesse contexto. Aristóteles, mais do que Platão, reconhece explicitamente o aspecto subjetivo do tempo, que não se limita às coisas sensíveis que "mudam", mas também acontece.

É na interioridade que se estabelece a distinção entre o antes e o depois. Se o tempo se configura como "número contado" segundo essa anterioridade e posterioridade, isso implica a existência de uma instância que realiza tal operação. Nesse sentido, a contagem não se efetua por si mesma, mas supõe um princípio que a institui, podendo ser compreendido, em termos impessoais, como uma dimensão anímica responsável por ordenar e conferir sentido à sucessão.

Plotino, em *Enéadas*, obra escrita entre 254 e 270 d.C., não difere de Platão ao afirmar que o tempo é a cópia sensível de seu arquétipo, a eternidade. Esta, por sua vez, reflete a maneira como a inteligência divina percebe as coisas, como a coexistência de passado, presente e futuro em um único instante infinito, sem começo nem fim. No neoplatonismo, as ideias tornam-se expressões da mente divina, e a eternidade é uma espécie de ideia que preside a percepção divina de todas as coisas, independentemente de serem passadas, presentes ou futuras "ao mesmo tempo".

A representação aristotélica da alma como instância que conta o tempo reaparece, posteriormente, em Agostinho, sob a forma da ideia de uma alma que se distende no presente para medir o tempo, enquanto as imagens da memória e da expectativa se esvanecem. Em Plotino, essa concepção é transfigurada na fruição plena e simultânea, pela divindade, de todas as coisas, passadas, presentes e futuras. Nesse ínterim interpretativo, Cardoso (2010, p. 130) retoma a questão ao indagar

Ora bem, se não existe movimento sem a suposição do tempo, será que possível pensar o tempo sem movimento? Ou será que a tradição estava no caminho da coisa mesma? Se é impossível desvincular o tempo do movimento, da mudança, por que será que não se pensou antes em identificá-los? A pergunta parece ociosa: é obvio que se o movimento transcorre no tempo ambos não podem ser a mesma coisa. Tempo e movimento são tradicionalmente coisas de natureza diversa.

Tempo e movimento entrelaçam-se de modo inseparável, como se um só se deixasse reconhecer na presença do outro. Todo movimento se inscreve no tempo, e, sem ele, perderia sua condição de passagem, por sua vez, um tempo destituído de mudança aproximar-se-ia de uma quietude absoluta, evocando não a duração, mas a ideia de eternidade, aquilo que não transcorre, que não se altera, que não se deixa tocar pela sucessão.

Desse modo, a percepção do tempo não emerge da imobilidade, mas do deslizamento contínuo das coisas, da variação quase imperceptível que transforma o que é no que já não é mais. É na mudança, no sutil descompasso entre o que permanece e o que se desfaz, que o tempo se deixa entrever, não como algo que se possui, mas como aquilo que se sente ao escapar.

Kant (2001) distingue tempo e movimento como entidades diferentes, porém inter-relacionadas, ambas inseridas na ordem espaço-temporal das coisas sensíveis. Em seu opúsculo, *O fim de todas as coisas*, argumenta que a eternidade não é uma duração infinita, pois duração implica temporalidade e mudança. Para Kant (idem), a passagem do tempo à eternidade não é uma transição temporal, mas a saída da temporalidade, marcando a diferença entre o mundo sensível e o inteligível. A eternidade é concebida como ausência de sucessão e mudança, condições próprias do tempo.

Presume-se que tudo aquilo que não participa da eternidade encontra-se inevitavelmente submetido à mudança, e toda mudança, por sua vez, só se torna possível no âmbito do tempo. Existir, sob essa condição, é estar exposto ao devir, a uma transformação contínua que inscreve os seres na transitoriedade do que surge, se altera e se dissipa.

Com a morte, não apenas a mudança se interrompe, mas também se desfaz a própria experiência do tempo enquanto sucessão vivida. Não se trata de um término do tempo em si, mas da cessação de sua apreensão por aquele que, antes, o experimentava. Nesse sentido, o tempo não apenas acompanha a existência, mas a delimita: ele é a medida silenciosa da finitude, o traço que evidencia que tudo o que vive está condenado a não permanecer.

Assim, o tempo revela-se como a expressão mais íntima da condição humana, circunscrita ao mundo sensível e às formas de uma racionalidade que, embora busque compreender o eterno, só pode fazê-lo a partir do transitório. Pensar o tempo, portanto, é confrontar-se com o limite, não como um obstáculo externo, mas como a própria tessitura da existência, onde cada instante, ao surgir, já anuncia sua perda.

Não há uma explicação efetiva de que eternidade é isenta de mudança. Parte-se do pressuposto de que tudo aquilo que não é eterno está sujeito à mudança, a qual só se realiza sob a condição do tempo. Com a morte, a mudança cessa, assim como a experiência temporal para o indivíduo falecido. O tempo configura-se como marca da finitude, na medida em que o ser racional se encontra limitado pelas restrições do mundo sensível, as quais influenciam suas intuições e inclinações.

Se o tempo revela a finitude do ser, o espaço manifesta sua presença. A Geografia, como ciência e pensamento, nasce justamente do encontro entre a sociedade e o espaço, entre o efêmero e o permanente. Assim como o tempo é a medida da mudança, o espaço é o palco em que essa mudança se inscreve. Cada paisagem é, portanto, uma expressão temporal congelada, um instante espacializado da história. O que o tempo transforma, o espaço registra.

Nessa perspectiva, pensar geograficamente é compreender que o espaço não é apenas extensão física, mas também memória do tempo. As cidades, os campos, os territórios e as fronteiras são testemunhos materiais de movimentos passados, de fluxos humanos, de disputas, de afetos e de ausências. Assim, a geografia é a escrita visível do tempo no mundo sensível.

O tempo e o espaço se entrelaçam na experiência humana: habita-se o espaço, ao passo que se é constituído pelo tempo. A prática geográfica, ao interpretar o mundo, não se limita à localização dos fenômenos, ao simples “onde” que os fixa no espaço. Antes, desdobra-se na indagação sobre o “quando” e o “como”, interrogando os processos, as durações e as transformações que fazem com que aquilo que é tenha se tornado o que se apresenta. O espaço deixa de ser superfície inerte e revela-se como espessura temporal, tecido por marcas, ritmos e vestígios de diferentes tempos que nele se entrelaçam.

Assim, a geografia configura-se como uma verdadeira filosofia da presença: não a presença estática, mas aquela que se constitui na convergência entre permanência e devir. Trata-se do exame das condições que tornam possível o ser no espaço e no tempo, onde cada forma visível carrega, em silêncio, a memória de sua formação e a latência de suas transformações. O mundo geográfico, então, não apenas se mostra, ele se narra, como se cada paisagem fosse a inscrição sensível de um tempo que insiste em permanecer enquanto já se transforma.

Por isso, a finitude humana, compreendida como limite intrínseco da experiência, encontra no espaço sua expressão concreta e sensível. A morte interrompe o tempo individual, mas o espaço permanece transformado pela memória, pela cultura e pela paisagem. O mundo continua a mudar, e essa continuidade, paradoxalmente, é o que confere sentido à existência geográfica do homem: ser passageiro em um cenário que permanece.

O espaço, portanto, é o espelho da temporalidade coletiva. Nele se depositam as marcas das gerações, as ruínas e as reconstruções, os silêncios e as presenças. Filosofar, geograficamente, é reconhecer que o tempo do mundo é mais vasto que o tempo da vida, e que cada lugar é uma tentativa humana de resistir ao esquecimento do tempo de eternizar-se na geografia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre o tempo, enquanto objeto físico-filosófico-geográfico, inscreve-se em um esforço que ultrapassa a mera conceitualização, ao demandar sua apreensão como experiência vivida e como estrutura atravessada pela linguagem. Ao longo do desenvolvimento deste ensaio, evidenciou-se que o tempo não se reduz à medição quantitativa operada pelos instrumentos técnicos, mas se configura como uma realidade complexa, marcada pelo entrelaçamento entre subjetividade e objetividade, entre duração e representação, entre presença e ausência.

Nesse horizonte, a complexidade anteriormente delineada se expressa na tensão entre o tempo vivido e o tempo mensurável, revelando não apenas os limites das formas abstratas de apreensão, mas também a insuficiência das categorias lógico-formais diante da densidade da experiência. O tempo, assim, não se deixa encerrar em definições estáveis, escapando a qualquer tentativa de fixação conceitual e afirmando-se como fluxo que transborda os esquemas que buscam contê-lo.

A partir desse entendimento, a tradição filosófica, da antiguidade à contemporaneidade, evidencia que o tempo não se deixa reduzir a uma definição única, mas se apresenta como fenômeno paradoxal, no qual coexistem continuidade e ruptura, constância e transformação. Nesse sentido, a enunciação do tempo não se limita à descrição, configurando-se como um ato que revela a própria tensão entre objetivação e experiência, entre ordem e devir.

Ao considerar o tempo como experiência vivida e condição do existir, torna-se possível compreender sua articulação com o espaço de forma indissociável. Toda existência se desenrola na relação entre movimento e permanência: enquanto o tempo expressa o fluxo das transformações, o espaço inscreve e conserva os vestígios dessas mudanças. Essa perspectiva permite afirmar que a geografia não se limita ao estudo das localizações, mas se constitui como uma reflexão sobre a experiência do mundo no entrelaçamento entre espaço e tempo. Ao habitar o mundo, a sociedade não apenas ocupa o espaço, mas o produz e é por ele produzida, enquanto o tempo se manifesta como dimensão que atravessa e reorganiza continuamente essas relações.

A geografia, ao refletir sobre essa dinâmica, torna-se não apenas uma ciência do lugar, mas uma filosofia da experiência humana no mundo. É nesse encontro entre duração e forma, entre o que passa e o que fica, que o homem afirma sua presença e tenta vencer a efemeridade.

É nesse entrelaçamento entre duração e forma, entre fluxo e permanência, que se constitui a possibilidade de compreender o espaço como expressão do tempo e o tempo como dimensão que se realiza no espaço. Assim, cada paisagem, território e vestígio humano testemunha não apenas uma inscrição espacial, mas também a sedimentação de temporalidades diversas, como se o mundo, em sua materialidade, fosse sempre já atravessado por camadas invisíveis de duração. O pensamento geográfico, ao assumir tal complexidade, orienta-se como escuta do entrelaçamento entre o que passa e o que permanece, reconhecendo que a experiência humana se inscreve no limiar entre a fugacidade da vida e a persistência do mundo. É nesse limiar que o tempo deixa de ser apenas sucessão e se revela como travessia: não apenas aquilo que passa, mas aquilo que atravessa, inscreve e transforma.

E, no entanto, toda travessia parece guardar um vestígio de anterioridade que não se deixa apreender, como se, antes de toda duração e de toda forma, subsistisse um fundo inapreensível que não é ausência, mas potência silenciosa. É desse quase-nada, denso e indizível, que o tempo parece emergir, não como origem fixa, mas como movimento que jamais se resolve, insistindo em permanecer como enigma no próprio ato de passar.

AGRADECIMENTOS

Os autores expressam seu reconhecimento às pessoas e instituições que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para a realização desta pesquisa. Destaca-se, nesse contexto, o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, pelo suporte acadêmico e pelas condições institucionais. Registra-se, igualmente, o agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro concedido, essencial à consecução desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, S. **Confissões**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Edição Loyola, 2002.
- ASKIN, F. The Case for Compensatory Treatment. **Rutgers L. Rev.**, v. 24, p. 65, 1969.
- AQUINO, C. A. B. de. A temporalidade como elemento chave no estudo das transformações no trabalho. **Athenea Digital**, Barcelona, n. 4, p. 1–9, 2003.
- ATTALI, J. **Histoires du temps**. Paris: Fayard, 1982.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BERGSON, H. **Matéria e Memória**: Ensaio sobre a Relação do Corpo com o Espírito. Paris: Félix Alcan, 1896.
- BERGSON, H. **Duração e simultaneidade**: a propósito da teoria de Einstein. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BOLTZMANN, L. **Further Studies on the Thermal Equilibrium of Gas Molecules**. New York; Oxford: Pergamon Press, 1966.
- BOHR, N. B. On the Constitution of Atoms and Molecules. **Philosophical Magazine**, v. 26, p. 1–25, 1913.
- BRAGUE, R. **O tempo em Platão e Aristóteles**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- BURKERT, W. **Love and science in ancient Pythagoreanism**, Tradutor. A. L. Minar Jr. Cambridge University Press, Cambridge, 1972.
- CARDOSO, S. L. **O tempo vivido**: ensaios fenomenológicos. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.
- CHERNISS, H. **Aristotle, Fundamentals of the History of His Development**, 1935.
- COMTE, A. **Curso de Filosofia Positiva**. Paris: Bachelier, 1830–1842.
- COMTE-SPONVILLE, A. **C'est chose tendre que la vie**. Presses Universitaires de France, 2015.
- DELEUZE, G. **A imagem-tempo**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- EINSTEIN, A. Die Grundlage der allgemeinen Relativitätstheorie. **Annalen der Physik**, v. 49, p. 769–822, 1915.
- GÉRARDOT, H. **O tempo e o outro**: ensaio sobre a diferença ontológica. São Paulo: Editora Paulus, 2007.
- HARTSHORNE, R. **O caráter da Geografia**. Trad. Fulano de Tal. São Paulo: Editora X, 1978.
- HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. São Paulo: Loyola, 1989.
- HEIDEGGER, M. O meu caminho na fenomenologia. **Phainomenon**, v. 18, n. 1, p. 281-288, 2009.
- HERING, E. **Memory as a universal function of organized matter**. Unconscious memory London: Jonathan Cape, 1920.
- HILLMAN, J. **O mito da análise**: três ensaios de psicologia arquetípica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HORÁCIO. **Odes**. Tradução e notas de Manuel Frederico de Carvalho. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- HUSSERL, E. **Recherches logiques, tome troisième**: éléments d'une élucidation phénoménologique de la connaissance. Paris, France: PUF, 1963.
- JUNG, C. G. **Memórias, Sonhos, Reflexões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- KANT, I. **Crítica da razão pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- LABAT, R. Le premier chapitre d'un précis médical assyrien. **Revue d'Assyriologie et d'archéologie orientale**, v. 53, n. 1, p. 1-18, 1959.

- LEÃO, E. B. **Carta Bioclimática de Cuiabá**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15226>. Acesso em: 06 nov. 2025.
- LEFEBVRE, H. La révolution urbaine. **Espaces Temps**, v. 49, n. 1, p. 181-187, 1992.
- LUKÁCS, G. **Conversando com Lukács**. Paz e terra, Rio de Janeiro, 1969.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MORAES, A. C. R. de. Em busca da ontologia do espaço. In: MOREIRA, Ruy. **Geografia: teoria e crítica o saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 65-74.
- MOREAUX, M. P. Expressões e impressões do corpo no espaço urbano: estudo das práticas de artes de rua como rupturas dos ritmos do cotidiano da cidade. **GeoPUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 12, p. 6-139, jan.-jun. 2014.
- NUSSENZVEIG, H. M. **Curso de física básica: Mecânica**. Editora Blucher, 2013.
- PAQUOT, T. **O espaço e o tempo do mundo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.
- PLATÃO. **Timeu**. Tradução e introdução de Giovanni Reale. São Paulo: Editora Paulus, 2005.
- REIS, J. C. Norbert Elias estruturado. **Diálogos**, DHI/UEM, 1998, p. 39 – 43.
- ROVELLI, C. **A ordem do tempo**. Tradução Silvana Cobucci. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.
- SARTRE, J. P. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Nova Cultural, 2005.
- SAVIAN FILHO, J. **Argumentação: a ferramenta do filosofar**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- TATE, O. **Titania and Puck**. 1786. Disponível em: <https://www.tate.org.uk>. Acesso em: 22 abr. 2026.
- THOMPSON, E. P. **Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VARELA, F. J. **Conocer**. Barcelona: Gedisa, 2001.
- WHEELER, J. A. O tempo é aquilo que impede que tudo aconteça de uma só vez. (Tradução Ernesto Lival). **American Journal of Physics**, College Park, v. 46, n. 12, p. 1334, 1978.
- WHITROW, G. J. **O que é tempo? Uma visão clássica sobre a natureza do tempo**. (Tradução Maria Ignez Duque Estrada). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

Recebido em: 12/11/2025

Aceito para publicação em: 16/04/2026